

El contenido de esta obra es una contribución del autor al repositorio digital de la Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador, por tanto el autor tiene exclusiva responsabilidad sobre el mismo y no necesariamente refleja los puntos de vista de la UASB. Este trabajo se almacena bajo una licencia de distribución no exclusiva otorgada por el autor al repositorio, y con licencia Creative Commons – Reconocimiento de créditos-No comercial-Sin obras derivadas 3.0 Ecuador



A globalização e a indústria do esporte saúde ou negócio?

Jaime Breilh

2010

Ensaio Alternativos Latino-Americanos de Educação Física, Esportes e Saúde



Edgard Matiello Júnior
Paulo Capela
Jaime Breilh
Organizadores



Levado aos limites da exploração capitalista, o esporte moderno, como campo de ação e de vivência social das populações empobrecidas, caracteriza-se como uma atividade anti-vida e de degeneração da saúde. De igual forma, e na mesma lógica de apropriação mercadológica, outras manifestações culturais, tais como a capoeira, jogos e brincadeiras, e mesmo aulas de Educação Física escolar, também têm servido como fonte de alienação de massas e de rebaixamento da cultura corporal humana.

Em resposta, este primeiro volume dos ENSAIOS ALTERNATIVOS, lançado pelo VITRAL Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde, representa o esforço científico e militante para compreender a saúde como fonte de vida e direito inalienável da humanidade. Desse modo, apoiados no acúmulo teórico e vivências práticas que alimentaram visões críticas acerca das relações entre a Educação Física e a Saúde, o conjunto dos ensaios aqui reunidos busca fortalecer análises ampliadas e profundas sobre os poderes que se apropriam do esporte e de outros conteúdos para manter suas possibilidades de dominação política, ideológica, econômica, social e cultural, que obviamente determinam o fazer pedagógico de professores de Educação Física.

De forma especial, indica-se a leitura deste trabalho coletivo também para profissionais de outras áreas e para pessoas comuns que apóiam ou integram organizações e movimentos sociais que buscam a superação do mundo capitalista. Foi organizado pensando em contribuir com as reflexões críticas e as proposições de esporte e lazer de governos, escolas, sindicatos, movimentos sociais, clubes e corporações que se valem do esporte como prática social de transformação das condições de vida indignas e, portanto, injustas!



Ensaio Alternativos Latino-Americanos de Educação Física, Esportes e Saúde

Ensaio Alternativos Latino-Americanos de Educação Física, Esportes e Saúde

Edgard Matiello Júnior
Paulo Capela
Jaime Breilh
Organizadores



Edgard Matiello Júnior

Paulo Capela

Jaime Breilh

Organizadores

**Ensaio Alternativo
Latino-Americanos de
Educação Física, Esportes e Saúde**

Copiar
BRASILIA

2010

Copyright © 2010: dos autores.

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte
Orlando Silva

Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
Rejane Penna Rodrigues

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte
Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor
Álvaro Toubes Prata

Vice-reitor
Carlos Alberto Justo da Silva

Instituto de Estudos Latino-Americanos

Nildo Domingues Ouriques

**Grupo de Pesquisa – Vitral
Latino-Americano de Educação Física,
Esportes e Saúde**

Coordenador do Grupo de pesquisa
Edgard Matiello Júnior

Organizador da obra
*Vitral Latino-Americano de Educação Física,
Esportes e Saúde*

Nome do(s) organizador(es)
*Edgard Matiello Júnior, Paulo Capela e
Jaime Breilh*

Revisão
Patrícia Regina da Costa

Projeto gráfico, diagramação
Annye Cristiny Tessaro

Capa
Leopoldo Nogueira e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E59 Ensaios alternativos latino-americanos de educação física, esportes e saúde / organizadores
Edgard Matiello Júnior, Paulo Capela, Jaime Breilh. – Florianópolis : Copiart, 2009.
200p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-99554-31-9

1. Esportes – Sociedade. 2. Esportes e Estado. 3. Esportes – Aspectos sociológicos.
4. Educação física. 5. Globalização. 6. Capoeira. 7. Futebol. 8. Esportes – Educação.
9. Esportes – Ideologia. I. Matiello Júnior, Edgard. II. Capela, Paulo. III. Breilh, Jaime.

CDU 796.316
CDD 796

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos seus autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Esporte, ou da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Venda proibida.



Gráfica e Editora Copiart Ltda

Rua São João, 247, Bairro Morrotes – Tubarão, SC, 88704-100
Fone/Fax (48) 3626-4481 – copiart@graficacopiart.com.br

9 Apresentação

A Globalização e a Indústria do Esporte: saúde ou negócio?

Jaime Breilh

Edgard Matiello Júnior

Paulo Capela

15 Uma Outra Cultura Esportiva é Possível: críticas e alternativas ao movimento olímpico internacional

Uma Outra Cultura Esportiva é Possível: críticas e alternativas ao movimento olímpico internacional

Arlindo de Souza Coelho Júnior

Antônio Jorge Chadud

Hugo Leonardo Fonseca da Silva

Marcelo Guina Ferreira

42 Responsabilidade Social, ONGs e Esporte: o caso do Instituto Ayrton Senna no Brasil

Responsabilidade Social, ONGs e Esporte:
o caso do Instituto Ayrton Senna no Brasil

55 Juliano Silveira

Estado, Esporte e Ideologia na Venezuela:
“Hacer deporte es hacer Revolución”

Nilso Domingos Ouriques

Dagmar Mena Barreto

71 Estado, Esporte e Ideologia na Venezuela: “Hacer deporte es hacer Revolución”

Brasil e Argentina: estudo comparativo sobre conteúdos
da educação física escolar e questões de gênero

Suéllen Rogelin

Maria do Carmo Saraiva

Verónica Alejandra Bergero

94

A Capoeira é do Brasil? A Capoeira no contexto da Globalização

114

José Luiz Cirqueira Falcão

O Esporte e a Educação na Contemporaneidade: ambiguidades,
contradições e tensões sociais na França

140

Fábio Machado Pinto

Sobre o Sistema de Complexos Homem-Esporte-Saúde:
reflexões a partir de contribuições da Alemanha

159

Celi Zulke Taffarel

184

Declaración de Cuenca

199

Nosso manifesto pelo direito ao esporte no Brasil

A Globalização e a Indústria do Esporte: saúde ou negócio?

*Jaime Breilh**

*Edgard Matiello Júnior***

*Paulo Capela****

Introdução: o exercício e o esporte como agentes determinantes da saúde

Apesar de haver uma imagem ideal na qual o esporte é sinônimo de saúde, a relação entre ambos é um processo socialmente determinado, cujas características dependem das correlações de poder que operam em uma determinada formação social.

Portanto, embora as práticas do esporte e os seus espetáculos sejam considerados bons recursos de desenvolvimento humano, sob condições históricas e modos de vida típicos de certas classes e grupos sociais, essas atividades podem perder o caráter protetor da saúde e se tornar práticas destrutivas.

* Doutor e Director da Área de Saúde da Universidad Andina del Ecuador; Coordenador do Global Health Watch para a América Latina; E-mail: jbreilh@uasb.edu.ec.

** Doutor e Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Vitral Latino Americano da Educação Física, Esportes e Saúde e pesquisador do Grupo Vivendo Educação Física e Saúde Coletiva e Instituto de Estudos Latino Americanos – UFSC. E-mail: degamatiello@uol.com.br.

*** Mestre em Educação e Professor do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Vitral Latino Americano da Educação Física, Esportes e Saúde e pesquisador do Grupo de Estudos de Cultura Popular e de Movimento e do Instituto de Estudos Latino Americanos – UFSC. E-mail: pcapela@bol.com.br.

Esse caráter surpreendente e contraditório do esporte regido pela lógica capitalista se manifesta de diversas formas. A mais dramática é a tensão crônica que acarreta lesões permanentes em desportistas de elite induzidos à competição extrema. Tal processo deteriora o fenótipo do atleta, afetando seus sistemas físicos, como o osteomuscular e sua saúde mental.

Por outro lado, a pressão para o consumo de artigos esportivos submete a maioria dos praticantes de esportes a padrões alienantes e nem sempre saudáveis, através dos mais diferentes mecanismos, alguns deles impulsionados pelo poder da mídia. Assumindo papel-chave de alienação, a mídia afirma as ideias hegemônicas sobre esportes e *fitness*, promovendo cenários de competições extremas, de modo a reproduzir a falta de solidariedade e o estilo de vida que permanentemente contribuem para a expansão do mercado, cuja expansão também a beneficia.

Nesse sentido, quando o esporte passa a ser controlado pelo monopólio das corporações transnacionais, as regras violentas da sociedade capitalista terminam por transmutar as práticas corporais de caráter recreativo e lúdico em mais uma das formas típicas de violência, convertendo os bens humanos (como o esporte, no caso) em mercadorias, subsumidas à sua lógica e condicionadas pela estrutura técnica e dependente do valor de troca delas, ao invés de os bens humanos serem conservados como bem de valor de uso para a saúde humana (ECHEVERRÍA, 2006).

Dados esses elementos introdutórios, neste trabalho, serão discutidos alguns aspectos do esporte que o caracterizam como importante patrimônio cultural da humanidade e como um imenso potencializador da formação educacional e da saúde humana, buscando demonstrar que, apesar disso, ele tem servido como mais um forte instrumento de alienação a servi-

ção de poderosas engrenagens do capital transnacional, as quais têm se utilizado de diferentes meios de propagação e controle de suas ações, inclusive no interior das estruturas do Estado.

Desenvolvimento do fenótipo e sua historicidade

Quando caiu o véu determinista das pesquisas sobre o corpo e suas funções, ficou evidente que não havia nenhum processo puramente biológico no desenvolvimento humano. A determinação social do rendimento físico-desportivo, assim como de todo o processo da vida humana, é um produto de relações entre alguns processos sociais amplos e outros de ordem individual, os quais condicionam a lógica global do negócio esportivo.

Na primeira categoria está a cumplicidade entre a política e as instituições; a contribuição dos padrões culturais alienantes; os processos ou padrões coletivos que correspondem a modos de viver próprios de classes ou grupos sociais diferentes, com seus modos típicos de trabalhar, seus padrões de consumo e de lazer, e até mesmo suas condições espaciais. E na categoria individual tem-se a “livre” escolha, na qual o estilo de vida pessoal expressa as possibilidades concretas dos modos de vida de todo o sistema para os membros de cada grupo, e suas condições biológicas e psicológicas (BREILH, 2003).

O potencial físico e psicológico com que se pratica exercício ou esporte é, conseqüentemente, o produto de um processo complexo de determinação. Esse potencial pode ser representado pelo tônus muscular; capacidade de reação e coordenação; mobilidade; capacidade de articulações para resistir às cargas e demandas funcionais; pela qualidade da calcificação óssea; desempenho cardiovascular e respiratório; potencial metabólico; respostas do sistema imunológico para proteção

contra resíduos metabólicos e agentes externos, ou seja, representa todo o conjunto de recursos fenotípicos para a realização das práticas corporais. O conjunto desses recursos, por sua vez, indica as limitações e as potencialidades dos praticantes de esportes, as quais são induzidas pela condição de classe e modo cultural de vida, e pelas práticas de estilo de vida pessoais determinadas pelo grupo social pertencente (Quadro 1).

Daí a importância em esclarecer como os mecanismos históricos gerados pelo mercado do esporte agem sobre o modo de vida das classes trabalhadoras e classe média, impondo, com pouca ou nenhuma liberdade de escolha, o estilo de vida que adotamos. Por isso a importância em aplicar o conhecimento sobre a historicidade do corpo humano e suas funções para a luta contra a mercantilização e o mercenarismo desportivo. Esses são assuntos-chave para a luta por vida e saúde.

Para tanto, é necessário revisar algumas características cruciais da historicidade biológica que fazem parte da historicidade da vida humana. De maneira geral, podemos sintetizar tais conhecimentos da seguinte forma:

- 1) a determinação social das funções corporais está profundamente arraigada nas relações sociais amplas e se expressa no genótipo e no fenótipo, incluindo o psiquismo. As pesquisas oferecem muitas evidências sobre a determinação social das características físicas (biológicas) e do fenótipo: variações entre classes sociais na idade da primeira menstruação – menarca – (TANNER, 1962); as modificações históricas da cultura somática (BOLTANSKI, 1975; 1989); a mudança histórica de vulnerabilidade à tuberculose (MCKWEON, 1976); a transformação histórica das normas genéticas de reação (LEWONTIN; ROSE;

KAMIN, 1984; LEVINS; LEWONTIN, 1985); ou os estudos incontáveis sobre as variações históricas seculares das tendências das medidas antropomórficas. Resumidamente, trata-se de evidências da influência profunda que os processos sociais têm sobre a constituição genotípica e fenotípica para a prática de exercícios e atividades esportivas;

- 2) em segundo lugar, a determinação histórica do caráter biológico ocorre tanto como fenômeno atual quanto pretérito, causado por determinações cumulativas que podem ser ligadas à hereditariedade (BREILH, 2003); e
- 3) Finalmente, a determinação social do caráter biológico nem sempre produz mudanças ascendentes, estando sujeita a avanços e retrocessos, os quais dependem das condições sociais de cada período histórico.

Nível Coletivo				Nível Individual	
Relações estruturais gerais	Lógica dominante na prática desportiva	Modos de vida (grupos sociais)	Estilo de vida e cotidianidade individual	Condições Genotípicas	Condições Fenotípicas
Econômica: Modelo de Acumulação por expropriação	* Monopólio e mercantilização dos negócios esportivos e setores afins * Trabalho escravo na confecção de roupas esportivas e equipamentos * Práticas comunitárias	* Trabalho explorado e alienado * Consumismo	* Sobrecarga laboral * Sedentarismo	* Características genômicas e normas genéticas de reação que determinam a capacidade de atividade física * Tônus muscular * Capacidade de movimento articular * Qualidade de calcificação * Condição cardiovascular * Condição respiratória * Capacidade metabólica * Sistemas corporais: imunológico, nervoso, etc. * condição mental (psíquica)	

Quadro 1. Matriz de processos críticos na determinação social da prática desportiva e na aptidão física. (continua)

Fonte: Breilh (2005).

Nível Coletivo				Nível Individual	
Relações Estruturais Gerais	Lógica dominante na prática desportiva	Modos de vida (grupos sociais)	Estilo de vida e cotidianidade individual	Condições Genotípicas	Condições Fenotípicas
Política	<ul style="list-style-type: none"> * Políticas clientelistas * Paternalismo * Políticas emancipatórias 	<ul style="list-style-type: none"> * Debilidade do sujeito-social * Carências Organizativas e de auxílio coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> * Competitividade * Ausência de segurança social 		
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> * Cultura colonizada e dependente * Cultura da competição * Ciência esportiva lucrativa * Elitização das práticas e espetáculos * Desigualdade social, étnica e de gênero 	<ul style="list-style-type: none"> * Modo de vida em que predomina: trabalhar para sobreviver sem tempo para práticas corporais e de ócio com qualidade; recursos e tempo mínimos para lazer; baixa qualidade dos recursos para lazer; padrões culturais sedentários; restrição do espaço do consumo; microambiente deteriorado. 	<ul style="list-style-type: none"> * Valoração social do esporte * Machismo * Cultura somática * Prática científica alienante: desconhece a igualdade * Debilidade de princípios de identidade e soberania 		
Principais contradições em cada dimensão	Monopólio, elitismo, competitividade vs. Práticas de desfrute solidário	Acesso vs. Exclusão Qualidade vs. Deficiência	Práticas sustentáveis e solidárias vs. práticas irregulares, inadequadas e alienantes	Sobrevida, aptidão e prática prolongada vs. envelhecimento e deterioração	

Quadro 1. Matriz de processos críticos na determinação social da prática desportiva e na aptidão física. (continuação)

Fonte: Breilh (2005).

***Mercantilização e monopólio do esporte:
hegemonia e periculosidade***

Pode-se dizer que assim como o capitalismo histórico produz o espaço que necessita (LEFEBVRE, 1991), a sociedade capitalista atual também produz os cenários esportivos que requer para um duplo propósito: acumulação de riqueza e construção da hegemonia.

A “sede de lucro” também captura a alma do esporte, envolvendo-o em sua busca de aceleração econômica e controle de mercado. Seu crescimento exponencial ultrapassa as barreiras territoriais e aumenta a necessidade de apropriação dos recursos de outros países. As empresas de espetáculo esportivo são capazes de transformar a prática de esportes e de *fitness* em artigos que circulam sob engrenagens industriais de imensa lucratividade² (SILVA, 2001).

Os complexos transnacionais esportivos podem realizar seus processos globalizados de acumulação de capital porque eles dominam os seguintes elementos-chave: os meios de comunicação de massa; o monopólio sobre grandes e únicos eventos mundiais (espetáculos esportivos); clubes esportivos e equipes; organizações desportivas mundiais (encabeçadas pelo COI – Comitê Olímpico Internacional); propriedade ou acordos econômicos com companhias que produzem equipamentos e infraestrutura desportiva para competições sofisticadas; equipes multidisciplinares de investigação sobre alto rendimento desportivo; a cumplicidade dos Estados em países organizadores de mega-eventos; a propriedade do passe de atletas e de recursos para seus treinamentos; e o controle social dos consumido-

² Só para mencionar, a indústria desportiva norte-americana gerencia 213 bilhões de dólares a cada ano, o que corresponde ao dobro do lucro da indústria automotiva e sete vezes o da indústria de cinema (AFP, 2007).

res convertidos em uma massa acrítica ou passiva (ALTUVE, 2002), dentre outros.

As corporações desportivas conseguem construir esta hegemonia e sua aceitação graças também ao fetichismo do *fair play*, uma vez que os espetáculos desportivos representam um suposto igualitarismo e um modelo ideal de coexistência humana, em que o esporte se apresenta como sinônimo de tranquilidade, paz, harmonia e competição leal (ALTUVE, 2002).

O esporte, quando tratado como mercadoria, relega a maioria das pessoas a um papel eminentemente passivo de consumidores do espetáculo e de sua propaganda. Além disso, ele se organiza e se desenvolve sobre os ombros da força de trabalho dos esportistas e demais trabalhadores envolvidos nessa prática, criando uma estratificação de imensa desigualdade. Ou seja, os desportistas com melhor desempenho, que compõem tal força de trabalho, e que são em última instância o imã do espetáculo desportivo, fazem parte de uma estrutura de trabalho altamente injusta, na qual o exultante sucesso econômico de uma elite minoritária mascara a situação de trabalho desfavorável da vasta maioria dos desportistas. Uma lacuna social, conforme demonstrado pela estratificação de classe de jogadores de futebol brasileiros (Quadro 2).

RENDA MENSAL (dólares americanos)	%
até 75	44,9
75 a 150	41,6
150 a 375	5,0
375 a 750	2,8
750 a 1.500	1,5
mais que 1.500	3,3% (402 jogadores)

Quadro 2. Estratificação de renda mensal de jogadores de futebol brasileiros (800 clubes com 12.000 jogadores).

Fonte: Altuve (2002, p. 104).

O esporte, quando considerado como negócio, reproduz uma profunda desigualdade social nas práticas corporais. Ocorre, por um lado, desigualdade entre os que têm acesso a uma prática desportiva realmente saudável e entre aqueles que ficam à margem de práticas corporais seguras e que, na maioria dos casos, convertem-se em meros espectadores. Especialmente se suas condições social, étnica, de gênero, de geração ou incapacidade os discriminam ou lhes impõem passividade que reforcem as relações sociais injustas.

Neste ramo de negócios, é reproduzida a disparidade entre o valor que se paga à maioria da força de trabalho desportiva, e os benefícios econômicos de uma elite, que é capaz de produzir feitos espetaculares que podem se tornar produtos comerciais altamente lucrativos, e que geram um rápido acúmulo de capital para as grandes empresas.

E, finalmente, é preciso considerar que o negócio desportivo raramente permite que atletas profissionais possam tomar suas decisões contratuais com liberdade, devido a regulamentos e limitações severos que controlam com mãos de ferro as suas

atividades e provocam em seus espíritos a situação de subordinação permanente. Nesse forte esquema de controle, as tentativas de protesto isolado e rebeliões eventuais são imediatamente reprimidas e desqualificadas.

Por tais razões se observa acesso decrescente dos pobres aos bens e recursos necessários para a prática desportiva adequada, e se constata o abismo existente entre as enormes ganâncias e privilégios desportivos de elites minúsculas e a exclusão massiva dos pobres, que arrancam de seu modo de vida empobrecido alguns minutos de ócio de má qualidade, ou por vezes se entretêm assistindo ao circo do esporte montado como forma de uma perfeita globalização alienante.

Companhias esportivas, mercado global e saúde

A mega iniquidade imposta pela transnacionalização do esporte

Empresas transnacionais podem ser definidas como as corporações que exercem suas atividades além das fronteiras do país de origem. Elas buscam manter contratos internacionais tanto com suas filiais e sucursais espalhadas ao redor do globo, como também com empresas estranhas ao seu grupo econômico e com os Estados aos quais dedicam suas atividades e que lhes provêm cobertura (SCHMITT; SANTORO, 2006).

Com o objetivo de reduzir seus custos (de mão de obra, impostos, acessos a financiamentos), as grandes corporações têm se utilizado cada vez mais desse recurso, pois isso significa maior competitividade e ampliação de mercados, permitindo, por exemplo, no caso das transnacionais do esporte, projetar novos modelos de calçados esportivos na Inglaterra; extrair do

Brasil a matéria prima; enviar o produto ao Equador para ser industrializado; recolher todas as partes e montar o calçado na Indonésia; exportar o produto final para todo o mundo e, então, acumular o lucro das vendas em bancos de diferentes países.

Como observado anteriormente, o esporte é um mega-negócio que integra o mercado global e envolve poderosas corporações capitalistas transnacionais. Nesse contexto, não é exagero afirmar que a base para a aceleração do negócio esportivo global é, em grande extensão, o resultado de operações fraudulentas e acordos. Essa é uma das conclusões a que chegaram os jornalistas Simson e Jennings (1992).

Ao investigarem os dirigentes do COI (Comitê Olímpico Internacional), os jornalistas mostraram a corrupção que envolve os Jogos Olímpicos Modernos, os quais se tornaram altamente lucrativos, de modo a ser a ferramenta favorita de certas empresas. Eles também denunciaram que o COI mobiliza quantias imensas como patrocínio para seus eventos internacionais. E que enquanto são disseminados os valores do *fair play* e a ética do bom relacionamento esportivo, são reproduzidos os círculos aristocráticos de uma oligarquia que vive em condições extremamente luxuosas, as quais transformaram o esporte internacional e os Jogos Olímpicos em empreendimentos de lucro privado. De fato, apesar da grande experiência dos jornalistas mencionados, cuja fama como tal resultou em estudos prósperos sobre a Máfia italiana, o caso Irã-Contras, o terrorismo e a corrupção na Scotland Yard, eles revelaram que o caso de corrupção no esporte Olímpico foi o mais difícil de ser investigado.

Dentre as várias possibilidades de discutir o poderio empresarial que comanda o esporte em âmbito global, analisar o futebol é dissecar o caso mais emblemático. Considerado o

Esporte Rei pela FIFA (Federation International of Football Association), envolve quase 250 milhões de pessoas diretamente na forma de praticante, debatedor ou espectador, e outros 1,4 bilhões com algum outro tipo de interesse. Para ilustrar a magnitude de sua influência, pode-se mencionar que a audiência de jogos finais de Copa do Mundo chega a ser de 3 bilhões de espectadores, ou seja, o equivalente à metade da população planetária (HAAG, 2005).

Em um “País do Futebol” típico como o Brasil (recordista em títulos da Copa do Mundo da FIFA), sua principal confederação de futebol, CBF (Confederação Brasileira de Futebol), tem se transformado em uma empresa de caráter transnacional. Porém, o mais contraditório e curioso nesse processo, é que um dos efeitos mais importantes desse fenômeno é o de que, tendo o Brasil se transformado num exportador de craques, os torcedores brasileiros só reverenciam seus mais valiosos jogadores quando eles atuam pela Seleção brasileira.

Se, por um lado, isso é motivo de orgulho nacional, pois aqui são produzidos craques reverenciados no mundo todo, por outro, isso caracteriza o Brasil como um país pobre que não pode manter seus jogadores em seu território.

Um jogador que se destaca, jogando por um clube brasileiro, tem seu destino selado: em muito pouco tempo estará jogando num clube europeu (GUEDES, 2004, p. 8).

Em síntese, essa é uma combinação entre nacionalização e transnacionalização, pois se os jogadores têm pátria, ao serem transformados em mercadoria, já não têm!

Jacobs e Duarte (2006), no livro *Futebol Exportação*, indicam que a venda da “mercadoria jogador de futebol brasileiro” para outros países cresceu 392% entre 1992 e 2005. Somente

em 2005 foram 804 transferências, predominando mercados como Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, mas também figurando lugares antes impensáveis de se interessarem pelo “produto”, tais como países da África e Ásia. O Quadro 3 demonstra claramente a evolução histórica desse importante negócio.

Ano	Número de transferências	Ano	Número de transferências
1992	235	1999	658
1993	322	2000	701
1994	207	2001	736
1995	254	2002	665
1996	381	2003	858
1997	556	2004	857
1998	532	2005	804

Quadro 3. Transferências de jogadores de futebol brasileiros para o exterior entre 1992 a 2005.

Fonte: CBF/Folha de São Paulo (citado por JACOBS; DUARTE, 2006).

A administração da Seleção brasileira de futebol ilustra essa transformação do jogador em “*commodity*” do esporte. Desde as primeiras demonstrações de talento dos jogadores, fato que pode ocorrer antes mesmo de alcançarem o profissionalismo, os atletas são negociados preferencialmente com clubes do exterior, geralmente da Europa. Como eles são valiosas mercadorias, seus clubes europeus, que são empresas transnacionais ou são ao menos patrocinados por elas, exercem forte pressão para que ocupem um papel de destaque no cenário mundial, ganhem visibilidade e agreguem valor. Nessa lógica, se uma estrela de futebol consegue jogar pela seleção cinco vezes campeã mundial pela FIFA, é bem provável que seu valor aumente consideravelmente.

Evidências dessa situação podem ser notadas facilmente pela convocação da Seleção brasileira de futebol para o jogo das eliminatórias para a Copa do Mundo, em 2010, contra o

Equador: dos 22 atletas, apenas dois jogavam em equipes brasileiras. Aqui é importante analisar os depoimentos de dois deles (Quadro 4) que vinham sendo convocados regularmente para esta Seleção. O primeiro é do goleiro Doni, contratado por um clube italiano, e o segundo é de Vagner Love, atacante do CSKA, da Rússia.

Jogador/data da entrevista	Depoimento
Doni, entrevista fornecida em 24/07/2007 e obtida em 23/11/2007	Quase todo clube europeu está procurando goleiro brasileiro. (...) Antes era só atacante, hoje a imagem do goleiro é muito boa aqui na Europa, isso desde o Taffarel, o Dida, o Júlio. Hoje tem o Gomes, o Elton, eu na Roma, então, acho que abriu mercado para o goleiro brasileiro e eu fico feliz com isso porque anos atrás falar de contratar um goleiro brasileiro era quase impossível.
Vagner Love, entrevista fornecida em 14/06/2007 e obtida em 23/11/2007	Repórter: O atacante Vagner Love está há 3 anos no futebol russo, fato que é pouco visto, pouco comentado, mas ainda assim conseguiu chamar atenção do treinador Dunga e tem sido presença constante nas listas feitas pelo treinador. Vagner Love: Fico feliz por isso e o objetivo era esse, estar na Seleção e graças a Deus o Dunga está dando oportunidade aos jogadores que jogam na Itália, Espanha, Inglaterra... jogadores que estão jogando em Moscou, na Rússia (...)

Quadro 4. Depoimentos de jogadores convocados pela Seleção Brasileira de Futebol (principal).

Fonte: <www.cbf.com.br>. Acesso em: 23 nov. 2007.

O que foi chamado de “poder da oligarquia” no futebol é demonstrado pela indicação do Brasil como o único candidato para sediar a Copa do Mundo em 2014. De acordo com Athayde (2007), a CBF, diretamente, manipulou essa decisão, graças a seus vínculos com o Estado brasileiro, as companhias transnacionais e a FIFA.

A análise das decisões político-econômicas de Athayde (2007, p. 32) mostram que:

Teixeira {o Presidente da CBF} tem pela frente compromissos políticos e comerciais com os quais está largamente habituado. O acordo com a NIKE garante 12 milhões de dólares por ano e prevê bônus de 6 milhões caso o Brasil vença as Copas de 2010, 2014 e 2018. A exclusividade de transmissão pela Rede Globo na tevê aberta rende outros 600 mil dólares, por jogo, à entidade. Ele também transformou a venda de jogadores da seleção e a negociação de amistosos em um grande negócio. Em 2006, a federação russa pagou 1.5 milhão de dólares para ver a seleção da CBF em Moscou. [...] a CBF recebeu 500 mil dólares para realizar um amistoso da seleção brasileira contra a Líbia. O jogo nunca aconteceu e o dinheiro nunca foi devolvido [...].

No caso da análise do futebol em nosso país (Brasil), uma investigação sobre a corrupção foi iniciada pela Câmara dos Deputados (órgão do Legislativo brasileiro). Muitos fatos obscuros e não esclarecidos envolvendo a NIKE e seus contratos com a CBF indicaram problemas graves. Seguem alguns destaques dos documentos oficiais (BOUDENS, 2002a):

- Fazer do futebol um grande negócio e da FIFA uma grande potência econômica que se sustente com rendas próprias tem sido a tarefa que se propôs João Havelange, que foi presidente da entidade por 24 anos.
- Assim, hoje, praticamente todas as entidades desportivas ligadas ao futebol profissional estão rendidas à lógica do mercado [...] que se alimenta do produto da compra e venda de jogadores, da participação no comércio de produtos e marcas e das diversas modalidades de patrocínio intermediadas por bancos de investimento.
- O contrato regula detalhadamente o uso do chamado “Kit” da NIKE pela CBF [...] assegura, em síntese, a onipresença da marca [...] a seleção masculina ficará à disposição da NIKE para um

mínimo de 50 jogos ou exibições internacionais, a serem organizadas sob a responsabilidade da empresa, com direitos exclusivos de comercialização, patrocínio e licenciamento [...]. A NIKE tornou-se também co-patrocinadora das escolas, clínicas e quaisquer programas juvenis de futebol diretamente operados pela CBF.

Nesse contexto, como já observado, o protesto dos jogadores de futebol contra o abuso e a exploração por parte de seus líderes é firmemente controlado. Tais regras tão claramente opressivas garantem a imposição de relações de poder para subordinar os *trabalhadores do esporte* aos seus “donos” nacionais e transnacionais. A própria FIFA determinou que os *trabalhadores do futebol* não devem manifestar suas opções políticas em jogos. Eles também são praticamente obrigados pelos patrocinadores de clubes e pelos detentores de seus passes (empresários) – devido a condições contratuais –, a estampar as marcas de empresas em seus uniformes de treinamento e de jogos, reforçando claramente a disseminação de suas imagens públicas ligadas à propaganda.

É bem sabido que os atletas são permanentemente advertidos de que, se querem “sobreviver” nesse mundo de negócios, eles têm que cuidar bem de sua imagem pública. Assim, eles são “fortemente aconselhados” a controlar suas emoções nos casos polêmicos e que impliquem em conflito de interesse econômico. Aqueles que não seguem as regras e desviam-se do comportamento passivo têm sido, frequentemente, acusados de conduta rebelde. Rebelia que lhes custa caro, sendo utilizados castigos simbólicos que visam domesticar diretamente suas consciências, bem como, indiretamente, amedrontar a todos os seus companheiros de profissão.

O controle de rebeldia é realizado por meio de vários mecanismos. As principais medidas utilizadas para operar essa

manipulação são as punições que envolvem: não convocação para as seleções nacionais; isolamento dos atletas com treino separado das equipes; elevadas multas e interrupção dos contratos; cancelamento do calendário de publicidade; inclusão em lista de indesejáveis disponibilizadas para outros clubes. Assim, considerando que a carreira de atletas profissionais tem vida curta, um único descuido frente aos poderes instituídos pode ser de difícil recuperação, fazendo com que o reinado dos poderosos permaneça garantido.

Esporte como cultura e lógica da competição e alto rendimento: pseudorrecreação, periculosidade e reforço da hegemonia

Sendo o esporte moderno um formidável patrimônio da humanidade, controlado na atualidade por interesses privados, as análises sobre ele não podem mais se restringir apenas ao campo de jogo, pois muito do que aí acontece é devido a pressões externas difíceis de serem percebidas quando observadas superficialmente. Enfim, já não cabe mais a análise ingênua e romântica. É necessário chamar a atenção para a apropriação econômica oportunista do mundo dos esportes e também para os desvios culturais decorrentes, tais como os apelos machistas e elitistas que manipulam e também contribuem para a lógica do mercado e para a deterioração das práticas corporais como uma fonte de saúde e conduta protetora.

Portanto, para além dos muitos bons ensinamentos do esporte, é preciso reconhecer também seu imenso potencial de alienação política, e um dos aspectos dessa alienação que mais incomoda é a naturalização dos acontecimentos sociais. Sobre o futebol, avaliamos ser extremamente perigoso considerar natural que:

- O sonho da excelência esportiva seja disseminado como possível de ser alcançado por todos, quando absolutamente não é!
- Em nome desse sonho se permita o investimento dos escassos recursos públicos na perspectiva do esporte de rendimento, bem como sejam estimulados de forma irresponsável os esforços de famílias miseráveis na aposta do talento de suas crianças, sendo estas muitas vezes confiadas a pessoas/instituições no mínimo despreparadas para mediar a formação das crianças atletas e suas relações de sucesso/fracasso com o esporte.
- Seja permitido colocar em situação de exploração qualquer ser humano que, não tendo outra opção, se submeterá a pressões e treinamentos desgastantes que aviltam sua dignidade, provocam lesões por vezes irreversíveis e que podem ampliar a chance de morte.
- Seja feita vista grossa ao esvaziamento e desqualificação das organizações de classe – a exemplo de sindicatos – para defesa dos interesses dos atletas – trabalhadores do esporte.
- Até mesmo as escolas (uma das poucas instituições que ainda se pode esperar que contribuam para o esclarecimento dos sujeitos quanto à realidade do esporte e do trabalhador dessa área) sejam apropriadas como órgãos formadores do consenso que levam à reprodução desse sistema, já figurando na atualidade como verdadeiros centros de detecção de talentos e de treinamento desportivo; dessa forma, isto impede o aprendizado dos jogos, brincadeiras e es-

portes orientados por outra perspectiva de emancipação humana.

- No esporte oferecido para os pobres e destituídos de poder de toda ordem, se desenvolva a chamada *tecnologia da improvisação (pedagogia do conformismo)*, com o argumento do estímulo à criatividade, quando o que acontece em geral é a enganação, com aproveitamento de locais e materiais de péssima qualidade, que não oferecem atrativos e que representam insegurança para seus usuários.
- No esporte sejam concedidos espaços cada vez maiores a valores e atitudes imorais. Numa atividade humana educativa por excelência, não é possível acreditar ser natural a corrupção de atletas, árbitros e dirigentes; uso/abuso de recursos ergogênicos; agressões verbais e físicas contra etnias, classes sociais e gêneros; estabelecimento de normas, campeonatos e legislações/tribunais orientados pelos interesses do capital.

Retornando ao Brasil como referência para as análises, este país, a exemplo de outros países da América Latina, tem conquistado avanços importantes em termos políticos, econômicos, sociais e culturais nas últimas décadas. Apesar disso, ele permanece extremamente desigual, com grande parcela da população vivendo em condições de pobreza e miséria absolutas. Dessa forma, ao invés de serem provocadas mudanças significativas nas relações de poder e nas condições de vida da população, as virtudes do esporte, por serem muito sedutoras, têm sido disseminadas como algo mágico, associadas de forma simplista à resolução de problemas muito sérios da realidade brasileira, tais como o desemprego, a marginalidade e o uso das drogas.

Com esses elementos, é possível compreender que em muitas situações o esporte é a tábua de salvação daqueles que, além do esporte, nada têm, nada podem, nada esperam!

Nesse contexto, as crianças talentosas para o futebol passam a ser alvo preferencial de especuladores. De acordo com um documento da investigação parlamentar referente às transações entre CBF/NIKE, existe uma Associação Internacional de Agentes de Jogadores. Tal atividade é regulamentada pela FIFA e, no Brasil, “os critérios de avaliação da aptidão para atuar como intermediário são livremente estabelecidas pela CBF”. Tratado como caso de “tráfico de seres humanos”, o documento oficial (BOUDENS, 2002b) da Câmara dos Deputados do Brasil traz informações assustadoras que ajudam a esclarecer a lógica de empresa transnacional e mercadorização de atletas desenvolvida por essas instituições:

- O empresário viaja pelo país em busca de crianças que demonstram bom potencial esportivo, mas ainda não têm vínculo contratual com algum clube. Daí entra em contato com a família, que geralmente se encontra em estado de ignorância e miséria, oferecendo dinheiro em troca de uma procuração pela qual consegue autorização para, em nome dos pais, assinar um contrato de trabalho com um clube estrangeiro.
- No exterior, a criança é entregue ao clube que o “contratou”, cuja primeira providência é retirar da criança o passaporte. A criança passa a jogar futebol em competições onde o estilo de jogo é diferente daquele a que estava acostumado no Brasil e, por ser estrangeiro (e, principalmente, por ser sul-americano), é socialmente discriminado. O empresário encerra sua missão e o abandona à própria sorte.

- As condições de trabalho são tão miseráveis (salário de fome, comida ruim, inexistência de plano de saúde, comunicação difícil) que não há como viver fora do alojamento do clube. E se quiser retornar para casa, terá muitas dificuldades, pois não pode romper o contrato e não sabe como fazer contato com sua família.
- Nessas transações comerciais, portanto, há sérias violações da Declaração Internacional dos Direitos Humanos e do Estatuto (brasileiro) da Criança e do Adolescente

Para concluir, nós temos que sublinhar o fato de que não há nenhuma dúvida quanto ao tipo de esporte explorador e lucrativo idealizado pelo COI, pela FIFA e por algumas das mais destacadas comissões nacionais de esporte, bem como quanto aos interesses que controlam empreendimentos transnacionais e se reproduzem pelos Estados por meio de suas políticas públicas nas áreas de saúde e educação. Essas práticas são impregnadas de valores e princípios que atentam contra a dignidade humana e os modos de vida saudáveis.

Alternativas saudáveis para Educação Física e esporte democráticos

O argumento de construir saúde é a melhor desculpa para multiplicar as vendas e ampliar o mercado de bens esportivos. Listas longas foram desenvolvidas para promover o consumismo: produtos desportivos (bicicletas e tênis sofisticados, por exemplo); serviços (de médicos, nutricionistas, psicólogos e treinadores) e mega-estruturas desportivas, estas quase sempre construídas e mantidas pelo Estado (como complexos aquáti-

cos e estádios de futebol). No outro extremo, ou seja, para os desprovidos de recursos financeiros e historicamente afastados do acesso aos seus direitos, também é incentivada a prática de esportes. Mas, em geral, essa prática é realizada com produtos, serviços e estruturas em condições precárias, gerando falta de estímulo; dificuldade de acesso; perda de continuidade e muita insegurança.

Apesar desses obstáculos históricos e da dificuldade para construir alternativas para eles, há propostas interessantes desenvolvidas em muitos lugares, análises desportivas alternativas e pesquisas sobre experiências concretas que estão abrindo o caminho para o esporte emancipador e saudável. Claro que mudanças profundas não ocorrerão sem lutas sociais e organização, mas é preciso construir alternativas críticas e contra-hegemônicas que anunciem e sustentem tais possibilidades. Assim, devido à impossibilidade de resumir toda essa experiência rica e já disponível em extensa literatura desportiva crítica, serão destacadas aqui três linhas básicas de ação.

Primeiramente, deve-se fazer referência à necessidade em aprovar leis (nacionais e internacionais) que impeçam o mal uso do sistema esportivo como um monopólio privado, e que promovam a proteção das políticas públicas. Também temos que lutar pela institucionalização da responsabilidade e dos mecanismos de monitoramento da comunidade. É preciso realizar uma auditoria social que facilite a pesquisa e que controle permanentemente os negócios desportivos, envolvendo instituições ligadas ao esporte e às práticas corporais em todos os níveis. Leis que coloquem a soberania do Estado e os direitos humanos e dos trabalhadores acima de toda a exploração daqueles que vivem do esporte (trabalhadores do esporte e não simplesmente atletas) e daqueles que vivem com o esporte (aprendizes em nível recreativo e espectadores/torcedores).

O segundo eixo se refere às políticas públicas voltadas para o esporte. Não se pode aceitar que dinheiro público, principalmente de países empobrecidos, seja investido no esporte Olímpico com toda sua natureza elitista. É preciso ter certeza que os recursos públicos serão aplicados no desenvolvimento de programas que visem a democratização do acesso ao esporte.

Para ilustrar o que significa a prioridade nesse processo de investimento, basta lembrar os resultados dos Jogos Pan-americanos organizados no Rio de Janeiro, em 2007. Com o *slogan* repetido de que esse mega-evento esportivo atrairia investimentos novos e estimularia a economia do país, o evento representou uma verdadeira quebra financeira do Estado brasileiro: mais de 2 bilhões de dólares de investimentos públicos. Ou seja, essa quantia poderia ter sido usada na construção de mais de 15 mil estruturas esportivas diversificadas e de qualidade, o que significa aproximadamente três constituições em cada cidade brasileira.

Arruda (1997) diz que o maior desafio dos educadores é lutar pela emancipação e libertação dos trabalhadores. Assim, a terceira linha de ação é a realização de uma profunda análise crítica do ensino de esporte, uma vez que este é baseado predominantemente em teorias que priorizam a busca do alto desempenho e a competição.

Então, seria possível acreditar no esporte movido por princípios democráticos e de solidariedade e por valores que contribuiriam com a saúde para além das possibilidades orgânicas. Isso não significa descartar o treinamento e a técnica, e sim trazer novos significados e assumir outros objetivos, que não reduzam as práticas corporais a metas utilitárias e imediatas. Isso implica em superar as perspectivas centralizadoras do processo educativo no qual o professor define *a priori* o que é

melhor para os estudantes e cria suas próprias estratégias para alcançar os objetivos verticalmente assumidos em instituições internacionais detentoras e centralizadoras de poder, seguindo cegamente as regras desportivas e relações sociais predeterminadas, ao invés de motivar o uso criativo do corpo e valorizar a sabedoria popular, a organização coletiva e a subversão das normas impostas, frequentemente violentas, ilegítimas e imorais.

Nessa nova perspectiva³, as escolas podem se caracterizar como importantes centros de disseminação do esporte para libertação humana. Para isso ser possível, elas precisam ser transformadas em espaços que alimentem tais experiências, o que necessariamente não requer equipamentos ou instalações de custo elevado. É perfeitamente possível realizar esporte para libertação humana a partir de equipamentos e instalações simples e econômicas, desde que estimulantes e de boa qualidade.

Seguindo essa lógica, considera-se que o espaço escolar e sua estrutura podem constituir o que denomina-se como Centros de Cultura Popular e de Movimento, criados e produzidos em parcerias entre comunidades, movimentos sociais, Poder Público e centros de formação científica com claras opções democráticas e revolucionárias.

³ Esta discussão foi apresentada anteriormente em outra publicação do GHW (CAPELA; MATIELLO JÚNIOR, 2005).

Referências

AFP. Maneja 213 mil mdd anuales la industria del deporte estadounidense. *La Jornada*, México, Distrito Federal, ano 23, n. 8065, fev. 2007. Caderno de Economia. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2007/02/04/index.php?section=economia&article=022n1eco>>. Acesso em: 15 out. 2009.

ALTUVE, Eloy. *Deporte: modelo perfecto de globalización*. Maracaibo: Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos, Universidad del Zulia, 2002.

_____. *Juego, Historia, Deporte y Sociedad en América Latina*, Maracaibo: Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos, Universidad del Zulia, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. Hegemony Unraveling. *New Left Review*, Londres, n. 32, mar./abr., 2005.

ARRUDA, Marcos. A formação que interessa à classe trabalhadora. *Revista Forma e Conteúdo*, São Paulo, v. 1, p. 23-27, 1997.

ATHAYDE, Phydia. Oligarquia do futebol. *Carta Capital*, País, n. 7, p. 30-35, nov. 2007.

BREILH, J. Conferência de Abertura do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e I Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Universidade Federal de Rio Grande do Sul; 5 de setembro de 2005.

BOUDENS, Emile. O contrato CBF/NIKE/TRAFFIC. In: *CPI CBF/NIKE: Textos e Contexto I*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002a.

_____. Medidas de prevenção à saída do país de atletas menores de idade. In: *CPI CBF/NIKE: Textos e Contexto IV*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002b.

BOLTANSKI, Luc. *Los Usos Sociales del Cuerpo*. Buenos Aires: Periferia, 1975.

_____. *As Classes Sociais e o Corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

BREILH, Jaime. *Epidemiología Crítica: Ciencia Emancipadora e Interculturalidad*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2003. (Edición en português por Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006).

CAPELA; Paulo; MATIELLO JÚNIOR, Edgard. El Deporte y la Liberación Humana. In: BREILH, J. (Org.) *Informe Alternativo sobre la Salud en América Latina*. Quito: Somos Punto y Línea, p. 270-275, 2005.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *Vuelta de Siglo*. México: Ediciones Era, 2006.

GUEDES, Simoni Lahud. *Mercado X pátria: a transnacionalização do esporte e os europeus do futebol brasileiro*. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra, Portugal, 2004.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SOCIOLOGIA DO ESPORTE. *Um Outro Mundo é Possível e Nele Uma Outra Cultura Esportiva*. Goiânia: Manifesto ao II Fórum Social Mundial do Grupo da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, 2002.

HAAG, Carlos. A pátria pendurou as chuteiras? *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 117, nov. 2005. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=2798&bd=1&pg=1&lg=>>. Acesso em: 15 out. 2009.

HARVEY, David. *New Imperialism*. Oxford: The Oxford University Press, 2003.

JACOBS, Claudia Silva; DUARTE, Fernando. *Futebol exportação*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Malden: Blackwell Publishing, 1991.

LEVINS, Richard; LEWONTIN, Richard. *The Dialectical Biologist*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

LEWONTIN, Richard; ROSE, Steven; KAMIN, Leon. *Not in Our Genes*. New York: Pantheon Books, 1984.

MACHADO, Juan; ESTRELLA, Lucia. Efectos de la Globalización Neoliberal en el Deporte: El Caso del Baloncesto. *Revista Cuba Socialista*, Habana, n. 12, p. 12, 1999.

MCKWEON, T. *The rise of modern population*. New York: Academic Press, 1976.

RICHTER, Nathan. U.S. College Basketball and the Missing Social Contract. *The Globalist*, Washington, 05 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.theglobalist.com/StoryId.aspx?StoryId=6094>>. Acesso em: 15 out. 2009.

SCHMITT, Leandro de Mello; SANTORO, Valéria Figueiro. O fenômeno das empresas transnacionais. *Boletim Jurídico*, Uberaba, 09 out. 2006, seção Fique por Dentro. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/fiquepordentro/materia.asp?conteudo=95>>. Acesso em: 15 out. 2009.

SILVA, Ana Márcia. *Corpo, Ciência e Mercado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

SIMSON, V. Y. V.; JENNINGS, Andrew. *Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas*. São Paulo: Editora Best Seller, 1992.

TANNER, J. *Growth at Adolescence*. 2. ed. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1962.

THOMAS, A. *Esporte: introdução à psicologia*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, v.10, n.11, p. 31-46, jul. 1998.